



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

ILHA DE MOÇAMBIQUE: NEGOCIANDO O PATRIMÓNIO COLONIAL EM REDOR DO TURISMO CULTURAL

Carla Almeida Sousa

Cria - Centro em Rede de investigação em Antropologia

Researcher Project FCT - PTDC/ANT/67235/2006

Docente da Universidade do Algarve/ Portugal

casousa@ualg.pt

INTRODUÇÃO

A Ilha de Moçambique, na Província de Nampula, é uma pequena Ilha quase plana, com 3 km de comprimento para uma largura máxima de cerca de 500 m. Liga-se ao continente através da Baía de Mussoril, por uma ponte. Tem uma situação geográfica favorável para as comunicações marítimas, mas condições adversas para a sua habitabilidade; sem água, o clima sub-equatorial, tem uma temperatura e humidade anuais elevadas. Apesar disso, revela uma ocupação intensa, com cerca de 17000 habitantes. No país é um destino turístico único dada a sua classificação como local de Património da Humanidade. Antiga cidade portuária, criada a partir do século XVI pela presença colonial portuguesa apresenta-se hoje como uma herança pós-colonial que inevitavelmente atrai um turismo pós-colonial.

A actividade turística na ilha apenas se pôde iniciar depois do acordo de paz, que em 1992 deu por fim a uma guerra civil sangrenta. Mas na verdade ela reiniciava-se. O potencial da Ilha como destino turístico já nos anos 60, antes da descolonização do país, tinha sido fomentado. Esta persistência pela opção do desenvolvimento turístico da ilha, para além de contextos políticos contraditórios levanta algumas questões, questões sobre património e os seus usos e, aqui em particular o uso turístico, em contextos diversos. A questão mais abrangente é a dimensão política do património e do turismo cultural.

Palavras chave: Património, turismo; política; identidade



LUGAR HISTÓRICO

A Unesco caracteriza a Ilha de Moçambique como: «The fortified city of Mozambique is located on this island, a former Portuguese trading-post on the route to India. Its remarkable architectural unity is due to the consistent use, since the 16th century, of the same building techniques, building materials (stone or *macuti*) and decorative principles.» <http://whc.unesco.org/en/list/599>

Esta narrativa cria uma Ilha imaginária, uma “comunidade imaginada” (Anderson;2005) em torno de um passado comum patrimonializado. Mas os dados mais evidentes contestam-na. A ilha não encerra em si uma cidade fortificada, mas é antes uma ilha fortificada (fortaleza de S Sebastião e Fortim de S António) no interior da qual se estendem diversas formas de ocupação, que em conjunto formam a “Cidade” . In loco distinguem-se duas cidades: A “ Cidade de Pedra” (cujos edifícios de origem europeia, foram construídos com pedra de coral) e a “Cidade de Macuti” (casas da região, feitas com palma) que formam partes distintas da ilha. Uma separação evidenciada num mapa, distribuído aos turistas: dum lado está assinalada a Cidade de Pedra e do outro a Cidade de Macuti, separadas por um traço transversal, uma linha imaginária que destaca a divisão primordial da cidade: colonos e colonizados; europeus e africanos; ricos e pobres.

As razões para a sua “divisão” associam-se às formas como a ocupação portuguesa se operaram. Vasco da Gama o primeiro navegador português a chegar à costa oriental de África (1498), em busca da Rota da Índia, teria expulsado uma pequena povoação islâmica, governada por um xeque que a associava ao grande comércio do Indico¹. Durante séculos, a presença portuguesa teve contudo que coabitar com o “outro”, primeiro árabes e populações islamizadas, indianos e por fim os concorrentes europeus, já no século XVII. A economia da Ilha baseada no comercio de ouro, marfim e âmbar e mais tarde escravos (Capela:1987; Monteiro:1988; Pereira:1988; Alpers:2005) tornava-a atractiva e obrigava os seus ocupantes a

¹ Através desta rede os árabes controlavam a costa africana em rotas complexas de comércio que integrava o Mar Vermelho, a Pérsia e a Índia Um comércio florescente integrava a ilha de Moçambique , através de zanzibar, nas rotas das grandes cidades que floresciam no litoral norte-africano. (Roque:1996).



estratégias de convivência e de defesa. A construção da cidade colonial é disso um reflexo. Retrata uma lógica defensiva quer perante o exterior, quer no espaço da própria ilha. (Sousa:2009) Um tensão que no século XIX ficou bem patenteada. As ameaças de rebelião no continente fizeram acerbir as normas de controlo. Na cidade de pedra e Cal um conjunto de posturas camarárias obrigavam os seus moradores a uniformizar as suas habitações (cores, fachadas, condições higiénicas). Por outro lado nenhum escravo podia construir palhotas dentro da cidade, a não ser no terreno do seu senhor e sob o seu controle. Em contrapartida, os negros livres podiam construir palhotas noutras áreas, segundo as determinações das autoridades camarárias, ou seja, na “cidade de macuti”. Aqui procurava-se ordenar o espaço público; impedir uma excessiva proximidade entre as casas e uniformizar o seu aspecto exterior (altura, reboco das paredes.).

Em 1868, a construção de uma fronteira entre ambas chega a ser referida «havia planos para construir um muro para marcação da linha divisória e que, posteriormente deveria circundar a “cidade de pedra e cal”»: A sul da linha divisória ficaria o denominado “bairro indígena”. (Arkitektskolen:1985). Esta demarcação traduz a estrutura social da ilha. Na cidade de pedra em torno do governador vivia-se numa sociedade de corte (Elias:2001) composta por funcionários, comerciantes, militares e religiosos. Na cidade de Macuti foram-se instalando os escravos e trabalhadores nas pedreiras de pedra de coral aplicada na construção da cidade colonial e das terras de palmares. Escravos vindos do continente, tornaram-se criados e rendeiros e que por isso ganharam o direito de permanecer na ilha e de nela erguerem as suas tradicionais casas de macuti.

As posturas e demarcações do século XIX vêm espelhar um longo processo longo de diferenciação da sociedade colonial. A intenção de construir um muro, um reforço da “representação espacial” da sua ordem fundadora, traduz também a “natureza entropica” da Cidade de Pedra, fechando-se sobre si, impondo o seu modelo dominante e hegemónico de onde parece depender a sua própria sobrevivência (Foucault: 1984)

A dimensão histórica está ausente nos critérios tomados em consideração pela Unesco: . «Ser um exemplo notável de um tipo de conjunto edificado, arquitectónico ou tecnológico ou de paisagem que ilustra etapa (a) significativa (s) na história da



humanidade; ser directa ou materialmente associado a acontecimentos ou tradições vivas, com ideias ou crenças, com trabalhos artísticos e literários de destacada importância universal»² Neles nova fragmentação se opera através de paradigmas culturais. Por um lado, a cultura imaterial – as tradições vivas representadas pelo “folclórico” Tufo – serão destacados na Cidade de Macuti; enquanto a cultura material - o conjunto arquitectónico exclusivo – é representado sobretudo pela Cidade de Pedra³. Por conseguinte a fronteira, ou a arte da “di-visão” (Bourdieu:1997) permanece através da classificação da Unesco. A hegemonia criada entre património material e património imaterial é uma ficção cultural, como de resto revela a persistente “di-visão” que acompanham as formas de habitar a ilha.

Após a independência de Moçambique, em 1975 foi decretada a nacionalização do parque imobiliário, dando direito aos cidadãos de ocuparem casas vagas. Na Ilha de Moçambique, o abandono de grande parte das casas de pedra por parte dos portugueses permitiu que as mesmas fossem ocupadas pelos habitantes da Cidade de Macuti. Mas a sua ocupação nunca chegou a ser total e a progressiva degradação dos edifícios, acabou por ditar o seu segundo abandono.

Hoje, a distribuição da população mantêm-se estruturalmente, a mesma. A “cidade de Pedra e cal” com cerca de 400 construções encontra-se em ruínas ou em recuperação essencialmente para fins turísticos. Os novos habitantes são uma pequena burguesia ligada aos serviços, governo local e estrangeiros, cerca de 1000 hab. Os últimos, na maioria europeus, ou de origem europeia, associam-se sobretudo às actividades turísticas (segunda habitação, alojamento, restauração, comércio de

² Breve caracterização da ilha de Moçambique UNESCO SC-91/CONF.002/15 Convention Concerning the Protection of the World Cultural and Natural Heritage World Committee Fifteenth Session (Carthage,9-13 December 1991)Island of Mozambique 599 Mozambique Critérios Autenticidade (iv)(vi) <http://whc.unesco.org/en/criteria>

³ Descrição geral da Unesco «A unidade incrível arquitectura da ilha decorre do uso contínuo das técnicas mesmo edifício com os mesmos materiais e os mesmos princípios decorativos. património da ilha também inclui seu mais antigas existentes fortaleza (São Sebastião, 1558-1620), outras construções defensivas e numerosos edifícios religiosos (incluindo muitos do século 16).<http://whc.unesco.org/en/list/599> Por outro lado as tradições islâmicas dos grupos femininos das irmandades religiosas que cultivam a dança e o canto forma transformadas em nota folclórica da cultura imaterial.



souvenirs). A Cidade de Macuti, é, pelo contrário, sobrepopoada. Em menos de metade da ilha erguem-se cerca de 1200 construções precárias, sem planeamento nem saneamento, onde reside a grande maioria dos 17000 habitantes da ilha, mas também onde se trabalha, no pequeno comércio e na pesca, embora se mantenha maioritariamente classificada, como vivendo em estado de “pobreza absoluta” (Cesoci:2008). Pobreza, miséria, excesso é no terreno a imagem da Cidade de Macuti (Pereira: 1988).

Para um técnico da Unesco o problema de desenvolvimento da ilha deve-se à persistência das pessoas em não quererem trocar a ilha, por novos espaços de residência, propostos no continente que melhor corresponderiam às suas necessidades⁴. Segundo a sua opinião a resistência da população significa a sua escolha por um “subúrbio de uma cidade” que segundo o mesmo “afinal não existe”. Esta abordagem feita em nome da defesa do “património”, reafirma a permanência de uma visão dominante, elitista e particularista baseada na concepção da defesa de testemunhos “únicos”, “autênticos” um “espólio da história” que a Unesco recupera em defesa de uma identidade comum, a Ilha de Moçambique. Contudo este mesmo património “totalitário”, “autêntico”, “globalizante” é também “dissonante” e “contestado” (Canclini,1997 ; MacLeod, 2010, Lowenthal, 1998;Winter, 2007)

Na Cidade de Macuti, para os mais velhos a Cidade de Pedra tem duas leituras: por um lado temos os saudosistas para quem a cidade se confunde com “o tempo dos portugueses”; guardam-se memórias de vida, feita de pequenos empregos, de uma vivência discriminatória mas protectora; por outro lado, temos as memórias más da cidade de pedra. Os trabalhos domésticos desempenhados em servidão. Uma servidão que classifica patrões segundo padrões culturais. «Patrão? Se estava doente não comia

⁴ Trata-se do modelo das “Aldeias Millenium” (PNUD:2008) propostas pelo PNUD para África e que prevê A criação de uma localidade no continente, com local definido e assinalado por uma placa mas continua a reduzir-se a um campo vazio, edificada. A cumprir-se teria escola assistência social, centro de comunicação mas, notei, nenhuma mesquita, elemento central de toda a vida urbana da ilha.



para ficar bom. Foi muito sofrimento» O “sofrimento” está e um modo geral associado ao passado em termos latos⁵.

. Em contrapartida, a cidade de Pedra tem pouco significado no modo de vida da cidade de macuti. Aqui entre a mesquita a pesca, a praia, os vizinhos e amigos se desenrola um sentido de comunidade que não foi nunca reconstituído na cidade de pedra. O acesso a alguns serviços (escola, hospital, correios...) não é suficiente para que a cidade de pedra desempenhe um papel central. O centro é disperso, seis mesquitas, dois mercados, lojas e o acesso à ponte para o continente (agricultura, comércio) ditam outras relações. Na verdade muitos confessam não ir à cidade de Pedra: «para quê?» Outros confessam ter vendido a “sua casa” na cidade de pedra para aqui poderem comprar outra. Uma senhora disse-me que tinha tido sorte. Um estrangeiro comprou a sua casa e aqui ela sente-se melhor, esta é verdadeiramente a sua casa, e onde se sente acompanhada, porque “lá estávamos sozinhos»

Quer as memórias sociais quer as práticas quotidianas na Cidade de Macuti parecem ignorar a Cidade de Pedra. Para além dos grupos que circulam entre ambos, existe uma confrontação latente que se reflecte também através da Unesco que na sua vontade de união comunitária desenvolve acções que revelavam a sua natureza hegemónica: a mobilização para obter substanciais apoios à recuperação do património histórico, à sua compreensão e conhecimento na Ilha a par de uma atenção difusa à Cidade de Macuti. As diferenças entre a Cidade de Pedra e a Cidade de Macuti, são, como sempre foram, aquelas que separam a local do global, do cosmopolita. Mas entre ambas estabeleceu-se um jogo em que o “lugar” e “não lugar” (Augé, 1994), “cidade” e “não cidade” vêm actualizar uma divisão fundadora reflectida nas transformações de hoje e nas perspectivas institucionais de futuro da Ilha.

O património intangível reflecte uma comunidade e uma realidade cultural diversa do património construído. E neste tem sobretudo o papel subsidiário com se de uma “paisagem étnica” (ethnoscape) se tratasse (Appadurai, 1998). Seja pelas manifestações musicais da mulheres do Tufo, parte visível de algumas das confrarias

⁵ Estas memórias forma recolhidas em 2009 no contexto da Celebrações das Rotas da Escravatura, quando as casas coloniais foram identificadas como os verdadeiros locais em que havia escravos na Ilha. Em contrapartida O trânsito de escravos vindos do continente e aqui embarcados foi desvalorizado.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

islâmicas locais muitas vezes, quantas vezes chamadas a abrilhantar acontecimentos sociais ou culturais que se desenrolam na outra cidade, seja pelo pitoresco que pelos percursos turísticos pelas margens da cidade de Macuti, na orla costeira, ou através da rua principal que a atravessa parecem ainda dar voz a um discurso colonial de paisagem “pitoresco e colorida”. (Lobato, 1966) A par desta apropriação, a leitura do desenvolvimento, procura introduzir uma nova ordenação e racionalização do espaço, melhores condições sociais (Capão, 1988). Mas se a cidade de pedra resiste ao abandono, atraindo longínquos moradores, a cidade de Macuti resiste ao realojamento no exterior, mantendo o seu excessivo emaranhado de gentes. O lugar de uns é a não cidade de outro. Neste jogo o turismo surge como um novo argumento de legitimação apoiado pelo governo, pela burguesia local pelos investidores turísticos que vão surgindo: locais e estrangeiros. O seu discurso e acções acrescentam ao património um novo valor económico, que vem reforçar os poderes culturais, políticos que a Unesco viabiliza.

LUGAR TURÍSTICO I: DO MULTICULTURALISMO AO UNIVERSALISMO

O turismo não é só um consumidor de património, é também um meio para a sua produção e segundo Macleod (2010), o património é tradicionalmente produzido por grupos que dispõem do poder para se associarem, através dele, à memória pública, colectiva e obviamente conferi-lhes sentido. Deste modo, a produção cultural, ou seja a atribuição de sentidos ao património é parte constituinte do turismo cultural e este permite compreender as interligações de interesses, valores e poder (Hall, 2010).

A Ilha de Moçambique começa por ser um destino turístico ainda durante a ocupação portuguesa. Nos anos 60, a abertura do moderno porto de Nacala e o crescimento da importância de Nampula, transforma a Ilha num lugar de férias. Em 1966 Alexandre Lobato⁶, publica um roteiro da Ilha de Moçambique intitulado “Panorama estético”,

⁶ Historiador Português da Ilha de Moçambique no final do período colonial.



uma metáfora para uma narrativa marcada pela ideologia do luso-tropicalismo (Castelo:1998). Trata-se de uma visita guiada à descoberta da “autêntica” ilha de Moçambique. Enquanto viajante privilegiado, Lobato constrói um percurso em que múltiplos significados e imagens vão construindo imagens de uma “comunidade imaginada” (Anderson:2005), legitimada pela sua autoridade enquanto historiador. A sua narrativa constrói um lugar distante e mítico, reificado e autenticado pela memória do historiador. Para tal, constrói um percurso entre o centro e as margens, do poder colonial, em busca da “autêntica cultura” do lugar (Bendix:1997)

A descrição começa no Largo de S. Paulo, frente ao “Palácio dos Capitães Generais”, “sala de visitas solenes da cidade”, “já que no seu cais desembarcavam Presidentes, Ministros e Governadores” que acenavam depois da varanda do palácio a “agradecer ao povo os cânticos, as palmas e os vivas”. Tudo na descrição do lugar _ o largo, palácio e cais - aponta para a beleza, a alegria, a vida e as marcas históricas de Portugal, de onde se destaca a estátua do “poderoso Vasco da Gama” o descobridor. É uma narrativa intemporal, cheia de imagens de vivacidade, interrompida apenas no final: «o largo não tem hoje a vida que teve outrora... Paira no palácio um silencio mortal... tudo fechado para ninguém.» O percurso continua pela cidade de pedra e cal, destacando sempre presenças ilustres e os seus testemunhos, convidando à descoberta de acontecimentos e presenças históricas diversos.

Ao entrar na cidade de Macuti descreve as casas alinhadas e encovadas numa baixa do terreno. Como elemento espacial diferenciador surge apenas o “Tanque dos Mainatos” (criados), «um charco de águas nativas» que a lavagem das roupas tornava pútrida. [] Depois os “bairros indígenas” onde “não convêm naturalmente aconselhar itinerário”. Nos bairros “há simplicidade e encanto, vida e alegria natural na modéstia pitoresca. E ordem disciplina social em tudo. A população é sossegada e alegre. ... E as casas ingenuamente encantadoras, típicas... no ambiente e género do povo.” O que mais se destaca é a cor no sentido em que « esta gente não viva nem pense senão em função do valor e do sentimento psíquico da cor.» (s/p)

Por fim a Ilha de Moçambique é caracterizada pela “mais completa síntese arquitectónica que os portugueses têm no mundo” e por isso a “cidade de Pedra



e Cal” devia transformar-se num museu representado a “velha autenticidade dos portugueses”, a sua “verdadeira herança” testemunho dos seus “sacrifícios seculares” para o levantamento de, “uma histórica obra de arte humana”. Nela se incluem os indígenas, como produto “estético” dos primeiros.

Através deste testemunho o património histórico português, torna-se num veículo de legitimação da política de colonização, civilizadora. Seja pelo papel da cidade de pedra, seja pelas imagens de “nós/eles”, “civilizados/primitivos”, “cultos/naturais” - que se escondem sob a estética, como “máscara política” do regime (Cohen, 1993). Uma máscara que essencializa no quadro do pitoresco as populações locais. Aliás estas são um produto da paisagem da ilha. E a ilha não é mais que um produto histórico, cultural, numa síntese de influências, que somente os portugueses seriam capazes. A ilha torna-se na prova viva do poder cultural do Império; do Reino ao Brasil e de África à Índia, toda a epopeia ali se personifica, não faltando para tal a evocação da presença de Luís de Camões. Um discurso mítico para um destino que ganha assim essa mesma condição – a de mito do império e a de mito da portugalidade. Afinal através de um percurso em busca da “autenticidade” colonial, Alexandre Lobato faz in loco, a “invenção” dessa mesma cultura (Bendix: 1997;Wagner:1981).

A sua final recomendação final vai no sentido da objectificação e patrimonialização da herança cultural dos portugueses: recomendo um Museu que salvguarde a sua memória (Handler:1988).

O poder desta herança cultural revelou-se para além da duração do regime. Depois de 1974, houve um movimento que derrubou e retirou dos espaços públicos os símbolos coloniais, as suas denominações territoriais, em busca da identidade nacional. A ilha de Moçambique foi poupada e o palácio do Governador tornou-se museu. Se juntarmos a este facto a nomeação da Ilha como Património Mundial em 1991, a ideia de Ilha Museu de Alexandre Lobato para a preservação da herança portuguesa, e a retórica da herança histórica colonial parece terem sido preservadas⁷.

⁷ Segundo se conta na Ilha teria sido o Primeiro Presidente, Samora Machel, Presidente da Frelimo Movimento de Libertação contra o Regime Colonial quem teria decretado a fundação do museu.



Mas os fundamentos e a narrativa que fundamentaram a candidatura do país, o “relatório azul” (Arkitektskolen: 1985) encontraram nos dados históricos e na sua proposta uma outra justificação; Uma leitura baseada nas rotas do Índico por onde antes dos portugueses já teriam passado «gregos, persas, indianos, chineses e árabes» (Arkitektskolen: 1985). Na análise da arquitectura da ilha se bem que sejam predominantes as influências portuguesas é também visível a influência de Traços “indianos e árabes”. A presença portuguesa dilui-se torna-se parte de múltiplos contextos sociais e culturais. Uma perspectiva global de encontros ultrapassa o período da historiografia colonial. A globalização e a universalidade tornam-se as tónicas dominantes do discurso. A hegemonia Portuguesa dá lugar a visão marcada pela integração universal. É este mesmo relatório que fundamenta a candidatura da Ilha de Moçambique a Património Mundial e ele permite a avaliação universalista que a Unesco promove. Contudo, no terreno, novas dicotomias parecem reactualizar o antigo paradigma.

Para além da cultura material e cultura imaterial, surgem agora a estigmatização do “autêntico”, “exclusivo” e “único” critérios que elegem o local à universalidade da Unesco e que se aplicam, por maioria de razão, à Cidade de Pedra. É sobre o seu conjunto que tais critérios se materializam. Na realidade, a Cidade de Macuti, quer quanto às suas características arquitectónicas, quer quanto aos seus materiais, representa apenas mais um conjunto particular que pode ser encontrado noutros locais da região. Não é portanto nem exclusiva, nem única, nem um testemunho histórico em risco.

Com a Classificação como Sítio de Património Mundial a ilha converte-se em destino turístico, espectáculo, patrimonial (Santana, 1997), cujo núcleo é de novo a Cidade de Pedra. Transformada em objecto de consumo turístico as práticas turísticas vêm paradoxalmente modernizar o património, recriando-o como “tradições reinventadas” (Hobsbawn, 1984). Um movimento tradicionalista, apoiado pela Unesco, preso a estratégias de simulação do autêntico, e que alimentam o “olhar do turista” (Urry, 1990), opõe-se às tendências de modernização da Cidade de Macuti, tomadas como práticas de falsificação do património. Estas práticas estão sancionadas no Livro Azul; opções de recuperação, de preservação e de “congelamento” do património numa lógica global que torna, mais uma vez, os habitantes da Cidade de Macuti, numa fracção

menor face aos interesses do património e do desenvolvimento do turismo cultural. Tanto mais quanto é a Cidade de Pedra que oferece aos turistas a “autenticidade quente”, encenada, que alimenta o seu desejo de destino mítico a um tempo particular e global. (Seymour, 1996)

Lugar turístico II - A Ilha de Moçambique Paisagem Patrimonial, Moldura Turística

O espaço resulta como se sabe do trajecto percorrido pelos sujeitos que através da sua apropriação criam percursos e lugares (Certeau, 1980). A paisagem é um conceito espacial com origem no ocidente associada a atitudes de contemplação e de recreação e mais recentemente como consumo turístico (Hirsh:1995). Tratar-se-á aqui de percursos que se vão transformando em paisagens turísticas, no sentido restrito do termo, mas também no seu sentido mais lato, que no contexto turístico pode significar qualquer facto ou objecto enquadrado pelo olhar turístico e imbuído da capacidade de proporcionar uma experiência turística (Urry,1995, ; Cohen, 1979)

Em 2008, no início do meu trabalho de campo foi através da experiência turística que iniciei o meu reconhecimento da Ilha.

Partindo da minha casa, no centro da Cidade de Pedra, fiz-me guiar pelo Ruam um jovem de 19 anos, guia por conta própria, que iniciou o percurso por ruas secundárias até à Fortaleza de S Sebastião, apesar de se encontrar encerrada para obras de restauro. Fiquei impressionada com o seu tamanho e a sua monumentalidade. Perguntei-lhe se sabia alguma coisa da Fortaleza, mas o Ruam limitou-se a dizer que tinham sido os Portugueses, há muito tempo, quando tinham aqui chegado e que tinham também expulsado os árabes que cá estavam que tinham ido para o continente. Depois conduziu-me pela costa. Seguiam-se outras monumentalidades. Primeiro, o Largo de S. Paulo, onde se situa o Palácio do Governador, a que o Ruam chamou o largo do Vasco da Gama por aí estar a sua estátua. Trata-se de um largo de grande impacto visual por ser um elemento de grande diferenciação arquitectónica no contexto da Cidade de



Pedra. O Ruam fez questão de parar para que eu visitasse o museu⁸. As paragens seguintes foram dedicadas ao Largo do Luís de Camões e numa rua adjacente estreita a visita ao portão centenário de uma casa de ricos comerciantes, na qual pressupostamente o poeta teria vivido⁹. Este percurso acabaria num outro espaço de monumentalização – o Jardim da Memória – uma homenagem feita aos moçambicanos escravizados. Um recinto murado, aberto sobre o mar, onde alguma informação escrita e esculturas representavam as vítimas de uma longa actividade praticada na Ilha¹⁰. O Ruam mostrou pouco empenhamento em explicar a escravatura e convidando-me a ler as poucas inscrições que informavam o local.

Nos dias seguintes ainda haveríamos de voltar à cidade de pedra. Uma vez que aí se erguiam outros edifícios e espaços que eram ou tinham sido utilizados para fins administrativos, de comércio ou de lazer. Mas a minha curiosidade exigiu que fosse guiada para a cidade de Macuti. O Ruam não percebeu muito bem o meu interesse pela cidade de Macuti. Assim levou-me pela marginal da costa a partir do Largo do Camões até à Ponta da Ilha, onde ficavam os cemitérios. Basicamente tratava-se de contornar os bairros da Cidade de Macuti, passando junto à praia, junto da igreja de S. António até ao largo de entrada na Ilha, na ligação à ponte. Mas aí fiz questão de visitar os cemitérios, que na ilha são para cristãos, distinguindo brancos e negros, e para muçulmanos distinguindo, indianos e negros. Notei no Ruam algum constrangimento e disse-lhe que podia esperar por mim. Se me seguiu para o cemitério cristão, ainda que contrafeito, o mesmo não aconteceu nos cemitérios islâmicos onde os espíritos e os mortos constituíam um duplo entrave à sua entrada. Em resumo se a Cidade de Pedra era um lugar cheio de marcos turísticos (MacCannell:1977) dispositivos de uma meta comunicação turística, a Cidade de Macuti era ora um espaço vazio e perigoso, ora uma paisagem distante. Nada parecia alterar a imagem deixada pela “descrição estética” de Alexandre Lobato que tinha sido reinventada por um dos muitos guias da Ilha.

⁸ Este museu, é dedicado à reconstituição da residência do governador, um museu de arte sacra junto à Igreja e por fim no rés-do-chão uma amálgama de objectos coleccionados evocativos ora da vida tradicional local, ora da memória da ocupação portuguesa. Dado o seu espólio o museu tem uma configuração colonial.

⁹ A porta é apenas a única porta deste tipo....

Há quem diga que Camões escreveu aqui a Ilha dos Amores, mas há também quem diga que ele não gostou de estar na Ilha que viveu como um degredo forçado, já que não dispunha de meios para regressar e que tinha ficado à mercê de ajudas alheias.

¹⁰



Quando lhe perguntei pela presença de turistas na ilha o Ruam mostrou-se, contudo profícuo em informações:

« O Ruam diz que há muitas casas “vendidas” aos estrangeiros – portugueses, franceses, italianeses, suecaneses, holandeses _ o que segundo ele ocorria porque [...] Gostavam das casas por serem antigas e como exemplo mostrou-me a casa junto à casa do Camões destacando que a fachada estava assim (sem reboco) “para ficar mais antigo” mas que lá por dentro tinha sido tudo arranjado e por isso servia para “acomodação” . . . Depois perguntou-me se eu queria ver outras e conduziu-me pelas ruas estreitas à procura de várias casas vendidas. Fiquei impressionada com o conhecimento que o Ruam tinha dos turistas residenciais e também com o número de casas transaccionadas, por vezes mais do que uma a um só novo dono. Quando lhe perguntei pelos anteriores donos, os que tinham vendido as casas,, respondeu sem hesitar que estes vendiam por 5000 mil, com 1000 compravam uma casa no Macuti e o resto « podiam usar para o negócio”.» (diário de campo 19/11/2008)

Quando procurei estes turistas segundo o Ruam, e prestadores de serviços turísticos, segundo os próprios, encontrei um grupo de estrangeiros chegados à Ilha depois do processo de paz e que compraram casas transformando-as em estalagens, e que constituem uma “comunidade de interesses” (Giddens, 2000) em redor da Cidade de Pedra. Tomemos 2 exemplos:

Luciano é italiano, arquitecto, tem cerca de 35 anos, é proprietário, arquitecto e empreiteiro de outros estrangeiros com casa na ilha:

«Eu cheguei à Ilha depois do processo de paz, Tinha ouvido falar e vim ver. Naquele tempo não havia estrangeiros aqui. Fiquei apaixonado pelo lugar. Quis comprar uma casa porque são muito bonitas. Mas foi sobretudo o lugar. Se isto se tornar muito turístico, talvez procure outro lugar...[...].Eu tive apoio e comecei a trabalhar conduzir um chapa (minibus) daqui a Nampula. E quando encontrei esta casa pensei em fazer alguma coisa. Agora é o meu lugar! Casei aqui, tenho os meus filhos, mas posso ir para qualquer lugar...Eu vivo no meio (entre) a Cidade de Macuti e a Cidade de Pedra, em frente à Mesquita, Não me importo com o barulho, até gosto. Construi um quarto etnográfico para os hóspedes que gostam de ouvir o barulho da Cidade de Macuti quando acordam» (15/12/2008)

O Luciano faz questão de mostrar a sua total integração no meio. È neste contexto que ele coloca o seu serviço a outros estrangeiros, o seu modo de vida, a sua



opção ao casamento e até a sua integração da igreja local a par de uma total tolerância com o islamismo. Todo o seu discurso e postura assenta na simbiose com a Ilha e com a sua “atmosfera”.

Outra história é a de Fernando, cerca de 40 anos, português que depois de visitar a ilha como turista, há 10 anos atrás, resolveu voltar comprar uma casa e transformá-la numa outra residencial. Contudo a sua relação com o local é bastante mais tensa, Pensa-se como um benfeitor que a ilha tarda em reconhecer. A sua casa mantém uma fachada em ruínas, mas foi completamente modernizada, mantendo um estilo tradicional no seu interior. Vive no meio do grupo de estrangeiros que estão de passagem ou que optaram também, por aqui viver. Tal como o Luciano presta vários serviços na área da reconstrução a outros estrangeiros que aqui se fixam.

Um dos temas preferidos de Fernando tal como do seu grupo é a ilha como Património da Humanidade. Conhecem todos os regulamentos directrizes e medidas implantadas ou a implantar. Fazem das suas casas exemplos de recuperação que são dados como modelos a outros. Essencialmente mantêm as fachadas segundo o modelo convencionado pelo “Livro Azul”. Por dentro, recriam o cenário que evoca as antigas casas num misto de elementos coloniais e artesanato étnico¹¹.

O perfil tradicionalista e romântico que estes novos habitantes dão às suas casas torna-se no modelo a seguir. Um dia um pequeno comerciante local mostrou-me as obras que fazia na antiga loja do seu pai. Queria saber a minha opinião acerca das cores, da mobília, e outros pormenores e acrescentou: «Você vê a casa do Fernando? Para ele é fácil porque sabe o que fica bem; se isto ou aquilo deve ser deixado ou tirado. Veja se percebe ele viaja, ele compra revistas, ele é um homem informado» (Abdul)

Em conclusão a criação de um lugar patrimonial tornou-se apesar do discurso da Unesco de complementariedades culturais e da redistribuição de benefícios económicos prometidos pelo governo, apesar da participação da população através de algumas estruturas de representação - Amigos da Ilha, Comunidade Islâmica - o património cultural para além do contexto colonial ou pós-colonial inscreve mecanismos de

¹¹ O artesanato que se vende na Ilha é em grande parte constituído pelo recheio das casas coloniais, Ao contrário do que sucede no resto do país, o artesanato tradicional autóctone tem aqui uma expressão subsidiária.



exclusão que derivam da própria natureza da herança cultural que se afirma «não pelas provas da sua genuinidade, mas sim pelos seus segundo as suas explorações no presente» (Lowenthal,1998) A retórica do património tende a construir não “etnoscares” (Appadurai,1998) mas sim “turistscapes” (Winter, 2007) ao gosto da procura da sua própria autenticidade. Neste caso, o turista pós-colonial em busca da “nostalgia do passado”, do “seu” passado romântico, aventureiro, em terras do império.

A Unesco é um meio para o reconhecimento destas paisagens e da sua validação. Uma moldura global que promove a ideia de uma cidadania universal da qual grande parte da população local está excluída. Os lugares são dados aos turistas como mercadorias turísticas, como realidades estáticas, mas o próprio processo de mercadorização turística mobiliza ou afecta pessoas e lugares (Winter:2007), e revela processos diferentes, na Ilha de Moçambique está em curso um processo de diferenciação social através do recurso patrimonial. A retirada das pessoas para o continente é uma solução polémica, ma qual a questão patrimonial é o mediador.

No Macuti perguntaram-me quando referi a prevista deslocação para o continente, dada a massiva ocupação de refugiados de guerra: «Mas afinal, quem são os estrangeiros? No Macuti somos estrangeiros?» Na Cidade de Pedra quando perguntei a um membro dos Amigos da Ilha se previam também recuperação das casas dos bairros, responderam-me: Não sei, acho que uma estrangeira já comprou casa lá... Estas representações bipolares, definidas segundo ordens de poder têm também efeitos sobre as identidades locais.

É o fundo patrimonial que define as formas de governo formal e informal, na Ilha de Moçambique. Entre grupos diversos - os excluídos, os aprendizes da globalização, os nacionais e estrangeiros, encontram aí um instrumento que se procura utilizar na coligação ou no conflito.

Uma identidade patrimonial é uma “identidade ficcional” (Peralta: 2006), uma identidade que o turismo revela nas fragmentações identitárias que reproduz. Como diz Hall « existe uma relação binária entre turismo e cultura, identidade e representação, e o olhar através do turismo deve ser feito no sentido de compreender as relações de interesses , valores e poderes. Foi neste sentido que se estabeleceu o percurso desta



comunicação. Não esgotou a complexidade do estudo de caso apresentado, mas deu talvez a oportunidade de partilhar convosco algumas das questões que este estudo de caso acarreta.

Bibliografia

Alpers, Edward, 2005. Mozambique and “mozanbiques”: slave trade and diáspora in a global scale, in *slave routes and oral tradition, films and entertainment*: Maputo 39-62

Andersen, Benedict, 2005 [2001] *comunidades imaginadas, reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo*, Lisboa: ed. 70

Augé, Marc (1994) [1992], *não-lugares: introdução a uma antropologia da sobremodernidade*, Venda Nova: Bertrand editora

Appadurai, Arjun (1998) [1996], *modernity at large: cultural dimensions of globalization*, Minnesota: university of Minneapolis.

Arkitektiskolen i Aarhus e Secretaria de Estado da Cultura. 1985. *ilha de Moçambique relatório – report*, aarhus

Bendix, Regina. 1997. *In search of authenticity, the formatin of folclore studies*, Wisconsin: Wisconsin university press

Bourdieu, Pierre. 1979. *La distincion: critique social do jugement*, Paris: ed. Minuit

(1997), *razões práticas sobre a teoria da acção*, Oeiras: celta.

Capão, José. 1988. «ilha de Moçambique sem desenvolvimento não há conservação» in *oceanos*, nº25, ilha de todos – ilha de Moçambique, lisboa: comissão nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses, p 23- 29

Capela, José. 1987. *o tráfico de escravos para as ilhas do índico 1720-1902*. Ne univ. Eduardo Mondlane, Maputo: Univer. E. Mondlane

Castelo, Cláudia. 1998. *O modo de estar português – o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa 1933-1961*, Porto : ed. Afrontamento

Canclini, N. G. 1997 (1989) *culturas híbridas. Estratégias para entrar e sair da modernidade*. S. Paulo, edusp

Certeau, Michel (1991) [1980], *l'invention du quotidien, arts de faire*, vol. 1, Paris: gallimard

Cesoci/ African Development Bank International, 2008. *Master plan – ilha de Moçambique*, Lisboa

Cohen, Abner (1993), *masquerade: politics explorations in the structure of urban cultural movements*, oxford e providence: berg.

Cohen, Eric, 1979. *A phenomenology of tourist experiences in sociology* nº 13, 179-201

Macagno, Lorenzo. 2006. *Outros muçulmanos – islão e narrativas coloniais*, Lisboa: ICS

Elias, Norbert. 2001. *A sociedade de corte*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar



- Foucault, Michel 1984. «Des espaces autres» archi bref, 48, Geneve: École d'Architecture, 5-8
- Hall, C. Michael. 2010. «Power in tourism: tourism in power» in *Tourism, Power and Culture*, (Donald V. L: Macleod e James g. Carrier), Bristol: Channel View Pub, 199-211
- Handler, Richard. 1988. *Nationalism and the Politics of Culture in Quebec*, Wisconsin, university of Wisconsin Press
- Hirsh, Eric. 1995. *Landscape: between place and space*, Oxford, Oxford University, 1-31
- Giddens, Anthony. 2000[1994]. “viver numa sociedade pós-tradicional”, *modernização reflexiva: política, tradição e estética do mundo moderno*, Lisboa: celta, 53-104.
- Hobsbawm, Eric (1984) [1983], “introdução: a invenção das tradições”, Eric Hobsbawm e Terence Ranger (eds.), *a invenção das tradições*, Rio de Janeiro: Terra e Paz, 9-23.
- Lobato, Alexandre. 1966. ilha de Moçambique: *Panorama Estético*, Lisboa: Agência do Ultramar
- Lobato, Manuel . 1988. Ilha de Moçambique: notícia histórica, in *Ilha de Moçambique*, nº 4. Boletim do arquivo histórico de Moçambique, 67-78
- Lobato , Manuel. 1996. « a ilha de Moçambique antes de 1800» *oceanos*, nº25, ilha de todos – ilha de Moçambique, Lisboa: comissão nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses., p 10-26
- Lowenthal, 1998. *The heritage crusade and the spoils of history*, Cambridge: Cambridge University
- Maccannell, Dean. 1976. *The tourist , a new theory of the leisure class*, Nova York, Schocken Books
- Macleod, Donald v. L. 2010. «tourism, power and culture: insights from anthropology» in *tourism, power and culture*, (org.donald v. L: macleod e james g. Carrier),m Bristol: channel view publications, 3-19
- Peralta, Elsa e Marta Anico. 2006. « introdução» in *patrimónios e identidades*, Oeiras, Celta. 1-14
- Pereira, Luís Filipe. 1988. «nota sobre o comercio do norte de moçambique», in *boletim semestral do boletim histórico de Moçambique*, nº 4, 79-89
- Pereira, Luís Filipe. 1988 a). «a ilha de Moçambique – património histórico nacional em degradação acelerada», in *boletim histórico de Moçambique*, nº 4, p 5-12
- Pnud/ministério da ciência e tecnologia. 2008. «Vila do Milenium no Lumbo», bol. de informação
- Santana, Agustin. 1997. *antropologia y turismo nuevas bordas viejas culturas?*, Barcelona; Ariel
- Selwyn, Tom. 1996. *The tourist image: myths and myth making in tourism*, Londres wiley
- Sousa, Carla. 2009. «heritage: discourses and practices in mozambique island» in *sharing cultures* (org) Sergio Lira (et alt.), Barcelos: green lines institute, 267-272



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

Roque, Ana Cristina. 1988. « da ilha de Moçambique como porto de escala da carreira da Índia ou...porque no principio era o mar e a ilha» in Maputo: boletim semestral do boletim histórico de Moçambique, nº 4 , p 47-59

Wagner, Roy.1981 [1975]. *the invention of culture*, Chicago : university of Chicago press.

Unesco. 1999. Ilha de Mozambique a programme for sustainable human development and integral conservation

Urry, John .1990. *The tourist gaze: leisure and travel in contemporary societies*, Londres: Sage

Urry, John .1995. *Consuming places*, Londres: Routledge



» **XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais**

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina